



Ministério da Educação – Brasil  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM  
Minas Gerais – Brasil  
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas  
ISSN: 2238-6424  
QUALIS/CAPES B1 – LATINDEX  
Nº. 25 – Ano XIII – 05/2024  
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

## **Reagregando o Social: O percurso metodológico para o relato da “Rede Social de Resistência da Cooperativa Comuna da Terra, Assentamento Mario Lago - SP**

Dra. Veridiany Filus

Doutora em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do  
Oeste do Paraná – UNIOESTE/PR - Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/2182678206048613>  
E-mail: [veri\\_filus@yahoo.com.br](mailto:veri_filus@yahoo.com.br)

Dra. Romilda de Souza Lima

Professora Doutora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná –  
UNIOESTE/PR – Brasil

Pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural  
Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná –  
UNIOESTE/PR - Brasil

<http://lattes.cnpq.br/6825951310072511>

E-mail: [romilda.lima@unioeste.br](mailto:romilda.lima@unioeste.br)

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo relatar estratégias alternativas às implementadas pelo capitalismo contemporâneo (por meio do agronegócio) na agricultura brasileira, que levam em consideração as condições sociais, culturais, ambientais e políticas do local. Para isso, faz-se a apresentação do percurso metodológico realizado para a descrição da “rede social de resistência”, que se estabelece por meio da produção agroecológica e do movimento cooperado. Em específico, este artigo irá relatar quais foram os processos da pesquisa realizada, da “rede social de resistência” que é formada pelos agricultores familiares, do Assentamento Mario Lago – Ribeirão Preto - SP, que estão vinculados à cooperativa Comuna da Terra. A pesquisa teve como base a Teoria Ator-Rede (ANT) e o método descrito por Bruno Latour em sua obra: Reagregando o Social, uma introdução à

teoria Ator-Rede. Com o enfoque nos relatos dos atores, obtidos no interior das redes, procurou-se abordar a sua dimensão científica e política, no intuito de sinalizar as incertezas que guiam a formação e a consolidação de controvérsias, e assim contribuir para entendê-las.

**Palavras-chave:** Agroecologia; Cooperativa Rural; Assentamento; Teoria Ator-Rede (ANT).

**Abstract:** This paper aims to report strategies that present themselves as an alternative to those implemented by contemporary capitalism (through agribusiness) in Brazil's agriculture which take into account social, cultural, environmental and political local conditions. To this end, the methodological course carried out for the description of the "social network of resistance" is presented which is established through agroecological production and cooperation-oriented movement. More specifically, this paper will report what were the research processes carried out on the articulation of the "resistance social network" which is composed of family farmers from Mario Lago Settlement - Ribeirão Preto-SP, enrolled in the cooperative Comuna da Terra. The research was based on the Actor-Network Theory (ANT) and the method described by Bruno Latour in his work: Reassembling the Social, an introduction to the Actor-Network theory. Focusing on the actors' reports obtained within the networks, we sought to address their scientific and political dimensions in order to point out the uncertainties that guide the formation and consolidation of controversies, and thus contribute to understanding them.

**Keywords:** Agroecology; Rural Cooperative; settlement; Actor-Network Theory (ANT).

## Introdução

Em uma das publicações mais recentes de Bruno Latour (2020), o autor propõe que, para aterrarmos em determinado espaço do globo, primeiramente necessitamos mapear nossas dependências, na condição de seres desse mundo. Segundo ele, por meio de uma descrição minuciosa das dependências é que se abrirá o terreno para onde aterrará e se impulsionarão os processos políticos e sociais. Dentre as dependências sinalizadas, encontram-se os vínculos e interesses, por meio dos quais se conseguem identificar os coletivos de inserção (cosmo dos seres) e as possibilidades compatíveis aos pares (HONORATO; SILVA, 2021).

Para além da instância local, tal identificação impulsiona o estabelecimento de redes macro (mais complexas), nas quais se inserem o poder da tecnociência moderna, bem como a de perspectivas hierárquicas e autoritárias, fruto das

sociedades tidas como modernas. Neste sentido, a tecnologia situa pessoas, animais e artefatos em redes cada vez mais complexas e abrangentes que, por estarem inclusas no capitalismo contemporâneo, adotam um viés centralizador que permite o livre acesso dos que estão no centro, em detrimento da limitação dos periféricos.

No entanto, mesmo com tais considerações sobre a inserção das tecnologias e das tensões que as perpassam, a construção teórica desta análise de rede<sup>1</sup> busca conhecer a natureza humana da atividade científica, bem como apresentar um lado mais democrático da tecnologia e de suas interconexões com a vida em sociedade (SCHWARTZMAN, 1994). Assim, por meio de uma abordagem relacional<sup>2</sup>, expressa nas complexas dinâmicas sociais do capitalismo contemporâneo, busca-se compreender esse processo e relatá-lo, enquanto movimento.

Com um enfoque voltado para a perspectiva dos atores, desde os anos 70 a Teoria Ator-Rede (ANT) engloba estratégias de interlocução do mundo real das práticas de ação com a ciência, tendo em vista a influência do neoliberalismo nas relações de poder das políticas de desenvolvimento. Conforme observa Latour (2012), o ponto de partida da análise não é a ordem instituída, mas, sim, os processos plurais e incompletos através dos quais a ordem é construída, sendo a rede uma ferramenta que permite seguir determinadas cadeias de tradução<sup>3</sup>.

Especificamente, nesta proposta, a utilização da teoria Ator-Rede ocorre para nortear a identificação e tradução das relações sociais estabelecidas no ambiente rural. Atmosfera dinâmica e heterogênea, que também sofre influências sociais, econômicas, culturais e políticas do sistema vigente e que, na contemporaneidade, absorve as análises fruto da teoria de redes sociais. Esta absorção só é possível tendo em vista a compreensão de que os processos de desenvolvimento rural ocorrem enquanto dispositivos de saber e poder, capazes de forjar subjetividades (SCHMITT, 2011).

1A referência à construção teórica dessa análise de rede é reforçada tendo em vista o reconhecimento de que a teoria ator-rede (ANT) é apenas uma das teorias de análise de redes sociais.

2“As abordagens relacionais, em seus diversos matizes, têm como ponto em comum a ruptura com uma epistemologia baseada em unidades pré-construídas, sejam elas o indivíduo, a sociedade ou a cultura. Os atores sociais, suas características e dinâmicas de interação só existem, efetivamente, como parte de uma teia de interdependências, impossível de ser apartada de seus contextos temporais e espaciais de existência” (SCHMITT, 2011, p. 86).

3 “[...] deslocamento, deslize, invenção, mediação, a criação de uma conexão que não existia antes e que, em algum grau, modifica os dois elementos ou agentes” (LATOUR, 1994, p. 32).

Nos espaços rurais, a perspectiva de rede também é incorporada enquanto instrumental capaz de interligar atores, objetos, significados e práticas e, enquanto ferramenta, contribui para o estudo e implementação de políticas e interações sociais. Segundo a ANT, por meio do discurso e de um arsenal de orientações, pode-se obter alterações no cotidiano, movimento que “implica uma ruptura com perspectivas de análise e modo de explicação dos processos de mudança social centrados em unidades, sujeitos sociais ou circunscrições territoriais pré-estabelecidas” (SCHMITT, 2011, p. 87 e 88), com a inserção dos processos e objetos nas relações com os agentes de desenvolvimento<sup>4</sup>.

Tendo em vista tal orientação teórica, o presente artigo pretende descrever o percurso metodológico utilizado para a análise de uma “rede social de resistência”<sup>5</sup> estabelecida por meio da dinâmica de organização cooperada e de produção agroecológica da Cooperativa Comuna da Terra, situada no assentamento Mario Lago, no município de Ribeirão Preto - SP.

Primeiro foi necessário construir um percurso de articulação entre a ANT e as propostas de desenvolvimento rural, para posteriormente conectar a pesquisa com sua dinâmica metodológica. Além dessa conexão, foi imperativo descrever o contexto em que se insere a cooperativa Comuna da Terra, para, por fim, descrever quais foram os passos da pesquisa que teve como centralidade as orientações metodológicas descritas na obra “Reagregando o Social - uma introdução à teoria Ator-Rede”, de Bruno Latour, publicada originalmente no ano de 2005.

## A teoria Ator-Rede e o Desenvolvimento Rural

Inserido em uma perspectiva mais massificada dos processos de desenvolvimento e globalização no campo, previa-se que as organizações das agriculturas nacionais seriam assumidas por estruturas globais de regulação e dominação (BONANNO et. al, 1994, MCMICHAEL, 1994). E que isso se daria com uma abordagem de exclusão da dinâmica própria da agricultura de base familiar e

4 “As fronteiras que demarcam os limites entre o global e o local, o convencional e o alternativo, o Estado e a sociedade civil, o econômico e o social, deixam de se constituir como mapas seguros de navegação, tornando-se, elas próprias, objeto de investigação” (SCHMITT, 2011 p. 88).

5 No artigo 2, da tese da qual este artigo (artigo 3) faz parte, pode ser visualizado o esforço em caracterizar a quais “redes sociais de resistência” nos referimos.

local, em detrimento da organização econômica e política das cadeias de produção de commodities. Com este viés de pensamento, os estudos ressaltam que as estruturas dos sistemas agroalimentares formatam a produção agrícola e a produção alimentar (MIOR, 2005).

Em contrapartida a esta perspectiva massificada, outras vertentes de análise da realidade levam em consideração que a mudança social está centrada na agência dos atores sociais (PLOEG 1990,1992, LONG; PLOEG, 1995; MIOR, 2009; SCHMITT, 2009).

Neste sentido,

a ideia de desenvolvimento remete a uma construção discursiva, temporal e espacialmente referenciada, que soube se afirmar, sobretudo a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, como um regime de representação, através de um aparato internacionalizado de produção de conhecimento e de intervenção, ancorado em instituições como o Banco Mundial, as Nações Unidas, as agências bilaterais de desenvolvimento, as políticas implementadas pelos Estados Nacionais, bem como em um conjunto heterogêneo de organizações não governamentais (ONGs)<sup>6</sup> (SCHMITT, 2011, p. 83 e 84).

Conforme já se anuncia na introdução, a perspectiva teórica adotada nesta proposta é a teoria de redes sociais. De modo simplório, tal teoria pode ser dividida em três principais vertentes, quando articuladas aos aspectos do desenvolvimento rural: (1) Perspectiva orientada aos atores; (2) Análise de redes sociais da sociologia econômica e (3) ANT.

Na primeira vertente, antropólogos como Raddcliff-Brown (1989), Mitchell (1974), Barnes (2010) e Bott (1976), e, posteriormente, a Escola de Manchester (fazendo a crítica ao estrutural-funcionalismo) passam a influenciar o debate nas ciências sociais. Com esse direcionamento, elementos como conflito e poder estão inseridos na manutenção e transformação do social, e a estrutura é identificada enquanto uma grande rede de relações. “A perspectiva orientada aos atores visa, justamente, compreender o modo como distintos agentes influenciam a formulação e a implementação de políticas e projetos de desenvolvimento” (SCHMITT, 2011, p. 92).

Na análise de redes sociais da sociologia econômica, autores como Granovetter (1992; 2005) e Polanyi (2000) abordam o conceito de imbricação,

<sup>6</sup>Ambiente repleto de correlações de forças, tendo em vista que algumas das principais instituições que motivam essa contraproposta teórica também financiam a inserção do agronegócio brasileiro.

enquanto ação econômica socialmente situada em instituições e construções sociais, estabelecendo a noção de rede como um conjunto de contatos e conexões entre indivíduos e grupos sociais. Vínculos que são construídos por laços fortes e fracos, que ligam os agentes em diferentes pontos da rede. Nessa vertente, se tem validado a contraposição de

uma visão unidirecional dos processos de mercantilização da visão social, presente, ainda que de forma distinta, nos clássicos da questão agrária, emerge um olhar sensível, de um lado, à diversidade de formas econômicas, arranjos institucionais e interconexões entre o rural e o urbano constitutivas dos territórios; de outro, às oportunidades ensejadas pelas redes no que tange à mobilização de recursos locais, com frequentes referências ao conceito de capital social" (SCHMITT, 2011, p.99).

Por fim, a ANT desenvolvida por autores como Michel Callon, John Law, Annemarie Mol, Bruno Latour, entre outros, tem o enfoque de suas análises voltadas à ciência e tecnologia; e parte do pressuposto de que os processos plurais e incompletos constituem a organização. Nesse sentido, a ANT tem como um de seus preceitos o conceito de agência atrelado à capacidade humana de conhecer e atuar no espaço vivido e de se articular com o apoio de diversos elementos de interpretação e diálogo (LONG, 2007), agência essa que ocorre em rede e mobiliza relações, recursos e significados.

Na gênese de estruturação da ANT, o enfoque era desenvolver uma análise da ciência e da tecnologia, e lapidar a crítica em relação à convencional sociologia da ciência. "As fontes conceituais desta crítica repousavam em discussões de dois pesquisadores: do filósofo Michel Serres e do filósofo da matemática David Bloor. Do primeiro, emprestaram o conceito de tradução e, do segundo, o conceito de simetria" (ALVES, 2008, p.60), segundo as quais, à luz de Bloor, não há uma premissa essencial entre verdade e erro, ou entre saber científico e não científico, pois ambos os discursos devem ser explicados pelo mesmo princípio. Somada a esta conduta, os pensadores da ANT utilizam ainda o conceito da simetria generalizada, propondo suprimir as dicotomias existentes entre sociedade e natureza, propostas pela "modernidade"<sup>7</sup> (ALVES, 2008).

7 É valido ressaltar que para Latour (2012, p.114), "A ANT não é – repito: não é- a criação de uma absurda simetria entre humanos e não-humanos. Obter simetria, para nós, significa não impor a priori uma assimetria espúria entre ação humana intencional e mundo material de relações causais. Existem divisões que não devemos ultrapassar, superar, reduzir dialeticamente. Elas precisam, isto sim, ser ignoradas e abandonadas".

Visualiza-se em Latour (1994) e Callon (1986) que a ANT desenvolve sua retórica com o intuito de sanar as dicotomias, por meio da noção de híbridos e de que “a ciência seja vista como um produto de uma rede de materiais heterogêneos, incluindo agentes, instituições sociais, máquinas e organizações” (ALVES, 2008, p.60). Contexto que estimula a identificação dos projetos de desenvolvimento de uma forma diversa, com a observação dos atores, das políticas e dos interesses que perpassam as interações.

Segundo Latour (2012), a teoria está associada a uma visão específica da agência dos atores, segundo a qual o ator é compreendido enquanto fonte de ação, não necessariamente personificado em indivíduos, mas sim um conjunto de associações estabelecidas entre agentes “humanos” e “não-humanos”<sup>8</sup>, conectados entre si; e em que as relações de poder se tornam foco de atenção.

Callon (1991, p. 133) ainda define a ANT como “um conjunto coordenado de atores heterogêneos, os quais agem mais ou menos com êxito para desenvolver, produzir, distribuir e difundir métodos de geração de bens e serviços”. Através do estudo de redes híbridas formadas por mediadores e intermediários (Latour, 2012; Law, 1994).

No que compete especificamente à interlocução entre a ANT e os estudos sobre desenvolvimento rural, a mesma está atrelada de diversas maneiras aos estudos agroalimentares, rurais e regionais que aderem a um enfoque mais alternativo e menos massificado.

Como observa Wilkinson (2006), a persistência do movimento contra os transgênicos, as expressões de vulnerabilidade das cadeias agroalimentares frente à ação de “não-humanos” (príons, vírus ou bactérias) causadores de doenças de origem alimentar, a expansão do mercado de orgânicos, entre outros processos emergentes, ampliaram o interesse de diferentes pesquisadores frente a uma abordagem que busca romper com a separação sociedade-natureza, que marca as ciências sociais desde a sua origem.

Diante dessa relação, a ANT contribui analiticamente e possibilita um novo olhar sobre as relações sociais locais e globais, pois “a dimensão espacial deixa de ser tratada como uma moldura, no interior da qual se desenvolve a ação social. A

<sup>8</sup>Segundo Schmitt (2011, p.95), essa relação “é uma propriedade emergente das redes, que humanizam aquilo que chamamos de objetos e “coisificam” o que chamamos de seres humanos, dando origem a inúmeros híbridos dificilmente classificáveis, seja no mundo das pessoas, seja no mundo das coisas.

ação das redes constrói também o espaço, que passa a ser compreendido, cada vez mais, como um espaço político" (SCHMITT, 2011, p. 96), postura que é verificada de forma recorrente nas análises das redes agroalimentares alternativas e de comércio justo<sup>9</sup>.

A ANT, aplicada ao espaço rural, constitui-se como um recurso que permite "fotografar" as dimensões analíticas dos processos de desenvolvimento rural, em busca de sua revitalização, e do fortalecimento e reposicionamento do ator rural nas relações sociais (PLOEG; MARSDEN, 2008).

Em um rural multifacetado, a rede participa de estruturas contraditórias "que operam nas regiões rurais e urbanas, podendo ser vista como uma contra-estrutura, que busca romper com outras estruturas presentes em um rural em transição" (SCHMITT, 2011, p.102). Fator que leva à compreensão de que as relações de poder, suas dinâmicas de produção e reprodução e suas implicações na transformação do rural buscam "compreender os distintos processos que possibilitam, de um lado, a imposição de determinados padrões e ordenamentos no âmbito das redes, e, de outro, a própria resistência a esses padrões" (SCHMITT, 2011, p. 106).

Segundo Marsden e Ploeg (2008), identifica-se o rural como uma contra-estrutura, em que uma parcela de atores busca romper a ordem vigente e cria novos padrões para suas atividades, que não se esgotam na revalorização do endógeno.

Para Ploeg e Long (1995), a questão central seria o balanço entre elementos internos e externos em processos de desenvolvimento, com a inserção do endógeno em dinâmicas com recursos localmente abundantes e com padrões locais de produção e consumo e com os circuitos locais de comercialização que se interconectam com outros processos de negociação em um ambiente em que os atores locais consigam obter uma fatia razoável do valor agregado à sua produção.

Em complementação, Murdoch (2000) aborda o nível intermediário das redes, que abarca a agricultura e outros setores de vinculação econômica do espaço rural, que configuram determinados padrões de articulações dos atores locais e não-locais em processos que contribuem para a construção de estratégias e alternativas de desenvolvimento rural. Nessas estratégias, segundo o autor, se inserem tanto o fortalecimento de atividades agrícolas, como não agrícolas, que perpassam a

9 Algumas dessas experiências podem ser visualizadas no artigo 2, da tese.

inserção de tecnologias e inovações, que produzem arranjos institucionais e novas formas de desenvolvimento econômico, moldadas de forma também heterogênea nas distintas áreas rurais.

Diante dos fatos, olhar para o rural à luz da teoria ANT é algo alternativo, instigante e inovador, podendo ser ainda útil enquanto método descritivo dessas realidades que direcionam os caminhos de intervenções das próprias redes, das políticas e de outras interações sociais, que, aqui, se materializam por meio da experiência vivida pela “rede social de resistência”, formada na dinâmica da cooperativa Comuna da Terra.

### **A proposta metodológica de relato da “Rede Social de Resistência” da Comuna da Terra**

Com este trabalho, pretende-se identificar e problematizar as experiências existentes na implementação de sistemas agroflorestais de produção no país, bem como o de relatar experiências de mobilização social que, dentro do capitalismo contemporâneo, conseguem se estabelecer de forma mais justa e igualitária.

Dentro de uma perspectiva qualitativa<sup>10</sup>, busca-se apresentar as relações sociais estabelecidas dentro da dinâmica de escoamento de produção da Cooperativa Comuna da Terra. Nesse intuito, delimitou-se como referencial teórico central a análise de redes sociais, e, em específico, a teoria Ator-Rede- ANT, metodologia de pesquisa de cunho etnográfico que traz consigo um “modo de pesquisar que coloca o pesquisador no meio da comunidade que ele está estudando” (AMGROSINO, 2009, p. 17). Na perspectiva de que o conhecimento se constrói a partir do diálogo, segundo a qual, quanto maior a diversidade do grupo (cultura, idade, poder econômico, classe social), maior o potencial de transformação da realidade e do contexto social.

Especificamente, a proposta utilizou como base os direcionamentos apontados por Bruno Latour em seu livro *Reagregando o Social* - uma introdução à teoria Ator-Rede, que, como o próprio autor sinaliza, busca ser uma teoria alternativa, de modo

<sup>10</sup> Segundo Minayo (2000, 2016), a pesquisa qualitativa tem o intuito de abordar as questões particulares, com o enfoque no nível de realidade que não pode ser quantificado, e trabalha com um universo de múltiplos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.

a ser usada e distorcida ao ponto de torná-la irreconhecível, mas com conhecimento de causa (LATOUR, 2012).

Com essa premissa, Latour divide a obra em dois momentos, em que primeiro descreve como desdobrar as controvérsias sobre o mundo social, por meio de cinco fontes de incertezas<sup>11</sup> e, posteriormente, expõe como tornar as associações novamente rastreáveis.

Segundo ele, a teoria e sua sistematização buscam responder três questionamentos centrais:

Como dispor as muitas controvérsias sobre associações sem restringir de antemão o social a um domínio específico? Como tornar plenamente rastreáveis os instrumentos que permitem aos atores estabilizar essas controvérsias? Por meio de quais procedimentos é possível reagregar o social, não numa sociedade, mas não coletivo? (LATOUR, grifos do autor, 2012, p.37)

Com tais perguntas, primeiro é necessário não limitar os seres existentes no mundo social antes de explorar novos territórios; para que o rastreamento das conexões sociais e a estabilização das controvérsias encontradas estejam “o mais achatado possível para garantir a total visibilidade de qualquer vínculo novo” (LATOUR, 2012, p.37).

Assim, na sistematização da primeira fonte de incerteza, Latour (2012, p.52) reforça que “não há componente estabelecido a ser utilizado como ponto de partida incontroverso”. E que “seu ponto de partida tem que ser justamente as controvérsias acerca do agrupamento a que alguém pertence”. Pois são elas que permitem ao pesquisador rastrear as conexões sociais existentes em um dado contexto social e servir de porta-voz da existência do grupo, sendo a performance aquilo que tem de ser explicado e, a exceção, qualquer tipo de estabilidade a longo prazo, pois “não existe uma sociedade por onde começar, nenhuma reserva de vínculos, nenhum tranquilizador vidro de cola para manter unidos todos esses grupos” (LATOUR 2012, p. 63).

Deve-se ter a compreensão de que nessa dinâmica existem dois meios de produzir o social, que são encarados como: intermediários ou mediadores. Sendo o intermediário o que transporta significado ou força, sem transformá-los. “Para todos

11 1º fonte: identificar a performance da associação; 2ª fonte: identificar os atores da rede e quais as conexões que estabelecem; 3ª fonte: quais os objetos conectados à rede; 4ª fonte: identificar a construção entre fatos e interesses e focalizar as conexões entre humanos e não-humanos; 5ª fonte: relato escrito do desdobramento das controvérsias (LATOUR, 2012).

os propósitos práticos, um intermediário pode ser considerado não apenas como uma caixa preta, mas uma caixa preta que funciona como uma unidade, embora internamente seja feita de várias partes" (LATOUR, 2012, p.65).

Já os mediadores, por sua vez, "não podem ser contados como apenas um, eles podem valer por um, por nenhum, por vários ou uma infinidade". "Os mediadores transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente se veiculam" (LATOUR, 2012, p.65).

Para um melhor direcionamento desses posicionamentos e conceitos, Latour (2012) recorre à segunda fonte de incerteza, que está atrelada à compreensão da natureza heterogênea dos componentes que formam os laços sociais. Pois, segundo ele, "o "ator", na expressão e hifenizada "ator-rede", não é a fonte de um ato e sim alvo móvel de um amplo conjunto de entidades que a enxameiam em sua direção" (LATOUR, p.75), cabendo ao pesquisador alimentar as controvérsias e auxiliar os atores por meio do relato relacional das incertezas, hesitações, deslocamentos e perplexidades fornecidos por eles.

Dessa maneira, Latour (2012) orienta o pesquisador a que transcreva as ações por meio dos relatos, sem transformação no estado de coisas, compreendendo que existem muito mais figuras que as exclusivamente antropomórficas, pois "a concretude não provém da escolha de uma figuração, entre muitas vírgulas para substituir os atores, mas do aumento nos relatos da proporção entre mediadores e intermediários" (LATOUR, 2012, p. 96).

Na terceira fonte de incerteza, a proposta é descrever esse movimento de interações breves, e para isso, é necessário

não limitarmos a um pequeno repertório aquilo de que os atores precisam para gerar assimetrias sociais. Ao contrário da existência coletiva por mais de um século de explicações sociais. As razões são de duas naturezas: a primeira é que as habilidades sociais básicas fornecem apenas um minúsculo subconjunto das associações formadas da sociedade; a segunda é que o suplemento aparentemente implícito da força na invocação de um veículo social constitui, no melhor dos casos, um recurso conveniente (LATOUR, 2012, p. 105).

A ANT, neste sentido orienta incluir nos relatos os não humanos presentes nas interações, integrando-os nos relatos e tornando-os também intermediários, considerando-os múltiplos e complexos e totalmente fundidos com outras ações sociais mais tradicionais.

Em complementação às três primeiras fontes de incerteza, a quarta nos direciona para um social que “não está em lugar nenhum em particular como uma coisa entre outras coisas, mas pode circular em qualquer lugar como um movimento que liga coisas não sociais” (LATOUR, 2012, p.158).

Ainda não sabemos como todos esses atores estão ligados, mas podemos declarar como nova posição pré-estabelecida antes do estudo começar que todos os atores que vamos desdobrar podem estar associados, de tal modo que eles fazem outros fazerem coisas, e isso não se faz transportando uma força que permaneceria a mesma por todo o percurso como um tipo de intermediário fiel, mas gerando transformações manifestados pelos numerosos eventos inesperados (LATOUR, 2012, p.158).

Pois não existem nem domínio social nem vínculos sociais, mas existem traduções entre mediadores que podem gerar associações rastreáveis.

A quinta (e última) fonte de incerteza, permeada pela estrutura lógica das anteriores, traz para o primeiro plano o ato de compor relatos, identificando que um bom relato é aquele que tece uma determinada rede e no qual “cada participante é tratado como um mediador completo em outras palavras: um bom relato ANT é uma narrativa, uma descrição ou uma proposição na qual todos os atores fazem alguma coisa e não ficam apenas observando” (LATOUR, 2012, p.189).

Tratados como mediadores, os atores transparecem o movimento do social, sendo necessário ao pesquisador “registrar os efeitos do relato escrito nos atores cujo mundo tenha sido desdobrado ou unificado. Esse experimento, acrescentado ao trabalho de campo, é imprescindível para averiguar como um relato desempenha seu papel de um giro social” (LATOUR, 2012, p.197).

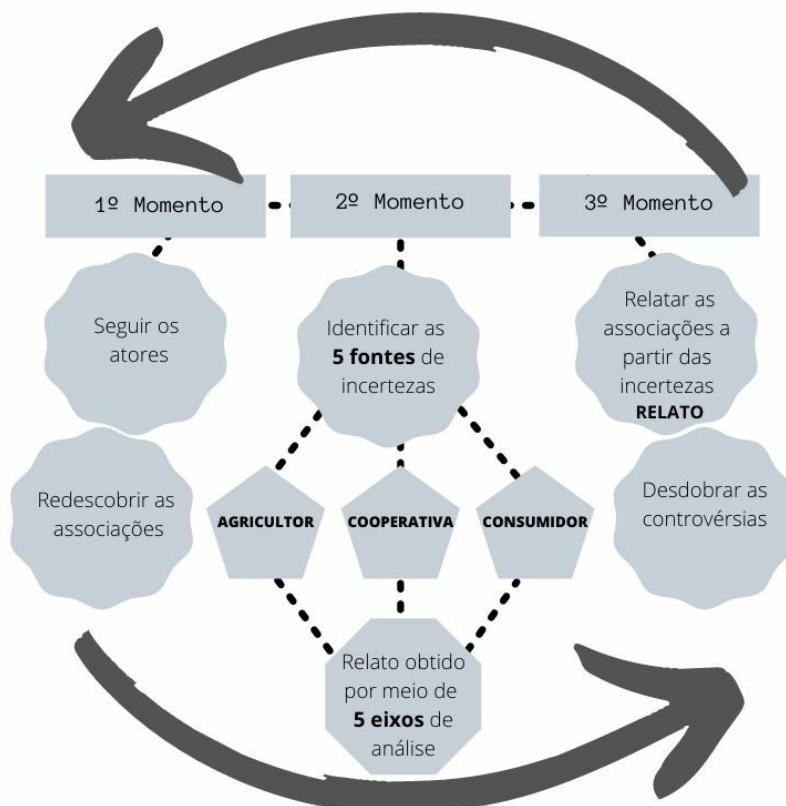
Nesse sentido, a ANT, enquanto um conhecimento moderno que integra o construcionismo (discurso), a naturalização (fatos) e a socialização (poder), recoloca “o lugar da natureza e das coisas, bem como dos humanos e seus artefatos, desfazendo a divisão moderna entre natureza e cultura ou ainda entre sujeito e objeto” (GONZALES; BAUM, 2013, p.144).

Com base no caminhar metodológico da ANT e seu viés integrativo, a pesquisa corrobora a ideia de que a ação dos movimentos sociais e das estratégias pautadas em “redes sociais de resistência” - que dentro de um sistema desigual e de exclusão têm um pensamento e uma ação contrária ao discurso hegemônico - devem ser relatadas por meio do levantamento de incertezas, onde se considera

equanimemente humanos e não-humanos, tratando de maneira simétrica: o social, a natureza e o discurso.

Nessa perspectiva, a pesquisa foi sistematizada com base em Latour (2012) e Gonzales e Baum (2013), conforme a figura abaixo:

**Figura 01:** Percurso metodológico utilizado pela pesquisa. Marechal Cândido Rondon, 2020 .



Fonte: Latour (2012), Gonzales; Baum (2013), sistematização das pesquisadoras, 2020<sup>12</sup>.

O local elencado para a aplicação da proposta foi o Assentamento Mario Lago, localizado no município de Ribeirão Preto - SP, especificamente focada nas atividades de produção e escoamento permeadas pela Cooperativa Comuna da Terra, por se tratar de uma experiência de referência no Brasil, no que compete à produção agroecológica e à organização cooperada (1º momento).

Após o aceite de participação do coletivo, foi necessário elencar alguns atores a serem seguidos no interior da rede. Ao todo foram 12 atores entrevistados, sendo 12

O Percurso metodológico primeiramente apresentado na disciplina de Seminários, do programa de doutorado, e posteriormente adaptado, após qualificação da tese.

eles: 4 agricultores do assentamento que escoam sua produção por meio da cooperativa; 3 representantes da cooperativa (sendo 2, também agricultores ativos na cooperativa) e 5 consumidores que, por meio de cestas de produtos, adquirem alimentos agroecológicos.

Como não existe uma receita pronta para obter os relatos das incertezas, optou-se por estruturar um roteiro de entrevistas a ser seguido na conversa com os atores, conversas que foram gravadas e que geraram um total de 4 horas e 35 minutos de material. O roteiro para a realização das entrevistas levou em consideração 5 eixos de análise: o 1º eixo: dados pessoais entre os quais o nome, a idade, a escolaridade, a composição familiar e a fonte de renda; 2º eixo: histórico de vida - através do qual tentaremos nos aproximar da trajetória do ator; 3º eixo: práticas agroflorestais; 4º eixo: práticas cooperativas – em que serão relatados os conhecimentos dos atores sobre os assuntos e, por fim, o 5º eixo: relação de consumo - em que foram relatadas as experiências vividas pelos atores dentro da rede de escoamento (2º momento).

Com a posse das informações obtidas no campo, o objetivo foi procurar desdobrar as incertezas com base nos relatos, compreendendo a rede como algo circulante (3º momento).

A partir das informações obtidas em meio à pesquisa de campo, o objetivo foi identificar as redes estabelecidas pela cooperativa na atualidade, no que compete ao escoamento de produção, quais são os atores (mediadores e intermediários) e compreender quais as controvérsias que os circundam, bem como descobrir quais ações são relevantes para o fortalecimento de experiências como esta.

## **O contexto de inserção da Cooperativa Comuna da Terra**

A Cooperativa Comuna da Terra, formada por uma parcela das famílias assentadas no Assentamento Mario Lago<sup>13</sup>, está situada no município de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, localidade cuja população é estimada em torno de 720.116 habitantes. O município tem área oficial de 650,9 km<sup>2</sup>, dos quais cerca de 77,6% integram a Bacia Hidrográfica do Rio Pardo, e 22,4%, a Bacia Hidrográfica do Rio Mogi (IBGE, 2021).

Localizado no noroeste da capital paulista, conta com um ecossistema de transição do cerrado para a mata atlântica (CORREA NETO et. al., 2016), ambiente propício para a produção agrícola. Fator que impulsionou a concentração da maior parte do município na agricultura e, dentre as produções mais relevantes do local, destacam-se a produção de café, sua principal referência produtiva até os anos de 1930, quando teve que se inserir, devido à crise de 29, na produção de cana de açúcar.

A aplicação de inovações físico-químicas, mecânicas e biológicas na agricultura, derivadas do pacote da Revolução Verde, ampliou a produtividade agropecuária da região, que na década de 1970 se mantinha como a principal região agropecuária do Estado de São Paulo, sendo a maior produtora de laranja (43%), soja (84,8%), milho (24,9%), tomate (35,2%), algodão (22,6%), limão (41,2%) e cana-de-açúcar (34%) no estado. Destacando-se, também, na produção de arroz, amendoim, café, cebola, feijão e outros cítricos, além de bovinos e aves (IPT, 2000, p. 90 e 91).

Especificamente, a produção de cana de açúcar em Ribeirão Preto ampliou a contratação de terra e a submissão dos agricultores familiares às agroindústrias consolidadas pelo agronegócio e, consequentemente, a disseminação da pobreza (JUNQUEIRA, 2014, p. 70 e 71).

A soma entre a complexidade de se possuir bacias hidrográficas importantíssimas para o ecossistema brasileiro e a produção extensiva acarreta algumas contradições, que fazem autoridades e a população reivindicarem uma proteção ambiental para a área. Mobilizações motivadas pela luta política, que se materializa tanto pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais quanto pela organização popular.

13 Para uma descrição mais detalhada em relação ao processo histórico de implementação do Assentamento Mario Lago, vide Mapa de Conflitos Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/acampamento-mario-lago-luta-por-politicas-publicas-e-pela-preservacao-do-aquifero-guarani/> Acesso em: 01 de abril de 2022.

Nesse contexto de utilização de agrotóxicos e desmatamento de áreas de reserva para o fomento de áreas agricultáveis em detrimento da conservação do ambiente, impulsionaram processos de regularização de assentamentos de reforma agrária com maior expressividade.

Concomitante a esse cenário de destruição, e em busca de alternativas viáveis para a redução dos danos ambientais, as mobilizações pela terra, principalmente as encabeçadas pelo MST, ampliam as discussões em relação não só à necessidade de criação dos assentamentos, mas também da produção de comida, enquanto bandeira de luta. Em consequência, ocorre no final dos anos 90 o direcionamento das ações do movimento para um novo sistema produtivo voltado para a produção de alimentos saudáveis, à luz da agroecologia, fator que amplia a dimensão ambiental, aos aspectos socioeconômicos já pautados, para a construção de uma reforma agrária popular (MST, 2000).

Com o intuito dese concretizar como movimento social do campo que elenca o meio ambiente e a sustentabilidade de seus territórios como elementos também centrais, o MST passa a enfrentar a necessidade de aprender técnicas de agricultura referentes a novas formas de organização do trabalho, bem como, a reformulação de suas estruturas orgânicas de base (ZONETTI, 2019 p.15).

Somado a essa nova forma de pensar a produção, os sem-terra passam a adotar práticas de desenvolvimento de assentamentos visando o acesso a políticas públicas, a exemplo do Programa de Desenvolvimento Sustentável- PDS<sup>14</sup> formulado pelo Instituto de Reforma Agrária e Colonização - INCRA.

Segundo Goldfarb (2006),

houve a criação da proposta das Comunas da Terra<sup>15</sup>, cujas intenções se expressam em assentamentos que têm estritamente a agroecologia como base produtiva e que estão localizados próximo a centros urbanos, reintegrando trabalhadores outrora rurais e que passaram um grande

14O PDS foi implementado pela portaria nº 477 de 4 de novembro de 1999 do INCRA, e “os princípios básicos norteadores desses projetos recaem no associativismo e na agroecologia como condição básica para a concessão do uso de terra e, consequentemente, acesso a crédito”. (CARVALHO, 2011, p. 93 apud CAMARGO et al., 2016, p. 154). Somente no Estado de São Paulo, o MST detém dezenove assentamentos através do PDS (ZONETTI, 2019 p.15).

15 Organização de assentamento cujo propósito é atrair o trabalhador marginalizado que se encontra nos grandes centros urbanos e que, devido a sua vivência na cidade, perdeu a identidade rural e seu reconhecimento com o campo. Com o intuito de reconstruir o campesinato sem-terra atraiendo trabalhadores da cidade que não migraram para o espaço rural sem o mínimo de infraestrutura. Os assentamentos organizados segundo essa concepção são divididos em lotes individuais menores e estão localizados próximo aos centros urbanos (GOLDFARB, 2006).

período de suas vidas como trabalhadores urbanos. Além disso, nos assentamentos tipo Comuna da Terra não há titulação individual dos lotes, e, sim, uma concessão de uso da terra aos assentados (ZONETTI, 2019 p.15).

No caso específico da antiga Fazenda da Barra, a mesma foi desapropriada pelo INCRA e se transformou no PDS da Barra, tendo como grande desafio a regeneração da vegetação, que sofrera, há anos, “impactos ambientais significativos causados pela extensa utilização do solo para a produção de soja, amendoim e principalmente cana-de-açúcar” (ZONETTI, 2019 p.33), produções que utilizaram de forma extensiva as propriedades do solo, alterando a paisagem e causando desequilibrios ambientais diversos.

Segundo Filho e Ferrante (2009), a degradação ambiental foi um dos principais motivos do inicio da desapropriação das terras nos anos 2000, com efetivação do PDS da Barra em dezembro de 2007. Tal projeto foi dividido em três assentamentos, levando em conta as diferentes origens dos grupos de acampados. Os assentamentos foram intitulados como: Assentamento Santo Dias (vinculado ao Movimento de Libertação dos Sem -Terra- MLST), que se fragmentou, formando o Assentamento Índio Galdino que é gerido de forma independente, e o Assentamento Mário Lago, vinculado ao MST.

Nesse contexto, o Assentamento Mario Lago se encontra em área de afloramento do Aquífero Guarani, reserva subterrânea de água doce com uma extensão de aproximadamente 1,2 milhões de km<sup>2</sup> e que abrange o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, sendo de grande importância ambiental (MACHADO, 2016) e tendo como grande desafio contribuir para a redução da contaminação da água, atrelado à redução dos agrotóxicos.

Tarefa que não se configura fácil, tendo em vista os estudos ambientais coordenados pela Embrapa Meio Ambiente, que revelam altos índices de contaminação do solo por agroquímicos (GOMES, 2014), além da baixa conservação da cobertura florestal da área (3,2%), que foi tomada pelo cultivo de cana-de-açúcar (KRONKA, 2005). Situação que instiga ao fortalecimento da criação de estratégias de produção agroecológica e associativista por meio das prerrogativas do PDS, solidificando o posicionamento político e ideológico voltado à manutenção e preservação da paisagem e do humano. Esse contexto é complexo, tendo em vista que o município de Ribeirão Preto é considerado atualmente como a

capital do agronegócio brasileiro e que o mesmo concentra alta circulação de capitais, fator que aprofunda as tensões por território.

Ao todo, o Assentamento Mario Lago tem 264 famílias assentadas, por meio da consolidação do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), respeitando os critérios de adequação ambiental da área degradada. Segundo Machado, (2016, p.19)

Fazem parte desses critérios: a organização produtiva, com incentivo às práticas cooperativas; reflorestamento e defesa ambiental; destinação de 35% da área para Reserva Legal (considerando a região de recarga e afloramento do Aquífero Guarani), sendo 20% de Reserva Legal estrita e 15% de Reserva Legal em Sistema Agroflorestal; incentivo às práticas de produção agroecológica, com programas de fomento, disseminação, multiplicação e massificação da agroecologia, além de programas de agrobiodiversidade, florestal, manejo sustentável da água e irrigação e rejeição do uso de agrotóxicos. Isso, sem mencionar os 4 km de mata ciliar que protegem a margem esquerda do rio Pardo. Dessa forma, a organização do assentamento foi feita objetivando a produção agroecológica. Os lotes familiares são menores do que as parcelas que eram ofertadas pelo INCRA no processo de reforma agrária em períodos anteriores, possuindo aproximadamente 1,7 ha. As ARLs destinadas à produção coletiva agroflorestal são de 0,5 ha e incrementam as áreas produtivas das famílias. No total, o assentamento tem aproximadamente 140 ha de ARLs destinadas à produção agroflorestal, presentes em oito maciços florestais que totalizam 308 ha. Também existem áreas coletivas destinadas à produção e construção de infraestruturas sociais, como igrejas, posto de saúde, escola, comercialização, áreas de lazer, etc. A renda dos assentados é composta pela produção agrícola e de pequenos animais, além de servir para o autoconsumo, o que se reflete diretamente no custo e melhoria da qualidade de vida das famílias. A produção é comercializada de forma associativa pela organização dos assentados em cooperativas ou associações, e também em forma de comercialização informal, de porta em porta, nos bairros mais próximos ao assentamento ou, raramente, em feiras, mas principalmente, através do programa de aquisição de alimentos (PAA), da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Contexto que remete ao relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA –, publicado no ano de 2013, que descreve a atual política de reforma agrária brasileira como sendo implementada em três estágios: o primeiro é responsável por delimitar os lotes e organizar as famílias; o segundo, organizar o fomento e a operacionalização dos créditos e de questões habitacionais; e o terceiro, inserir os trabalhadores rurais em políticas públicas de aquisição da produção, com enfoque na consolidação de mercados institucionais<sup>16</sup>.

16 É valido ressaltar que no atual governo de Bolsonaro não se tem “uma política de reforma agrária, e, com os territórios ameaçados, os camponeses procuram uma resistência ativa para superar esse momento de exclusão de políticas públicas de desenvolvimento. A luta pela terra está sob ameaça, com o governo Bolsonaro querendo caracterizar a ocupação de terra como ato terrorista” (CORREIO

Tais mercados são definidos como espaços alternativos de comercialização direta, materializados nas demandas de compras públicas dos produtos da agricultura familiar, e têm sua centralidade em programas como o Programa Aquisição de Alimentos – PAA -, que, na atualidade, sofre grandes desfalques de fomento, e no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Tanto ao processo de regularização da posse das terras, como o da criação de mercados institucionais para a absorção interna da produção - para além de outros fatores, como a própria regularização do assentamento -, as famílias conseguiram ter acesso por meio de políticas públicas. Dentre as quais destacamos a participação dos agricultores no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Doação Simultânea, principal canal de comercialização das famílias entre os anos de 2011 e 2015.

Segundo Nunes (2016), a partir do final de 2011, o processo de produção agroflorestal no assentamento contou com uma parceria com a Associação de Produtores Agroflorestais da Barra do Turvo e Adrianópolis, a Cooperafloresta, abrindo posteriormente portas para outras parcerias como a Secretaria de Meio Ambiente do estado de São Paulo (SMA) e o Fundo Nacional para Biodiversidade (Funbio). Com isso, até 2016, aproximadamente 80 famílias foram envolvidas com a implantação de áreas de agrofloresta em seus lotes e também em áreas coletivas localizadas nas Reservas Legais. Atualmente, dentre as famílias do assentamento, 30 produzem em formato agroflorestal e escoam via cooperativa Comuna da Terra, conquista organizada e administrada pelos agricultores e que operacionaliza o escoamento da produção das famílias.

Os principais produtos cultivados no assentamento são abóbora, mandioca, batata-doce, banana, feijão, feijão-de-corda, dentre outros. Mas há também, com menor frequência, a produção de hortaliças: alface, jiló, rúcula, salsa, cebolinha e outras.

DO POVO, 2019, apud FERNANDES et al., 2020, p. 340). “As ocupações de terra são a principal ação para pressionar os governos na criação de assentamentos de reforma agrária. No ano de 2019, foram realizadas 43 ocupações, o menor número desde 1990, durante o governo Collor, que também se utilizou da criminalização das ocupações como forma de impedir a luta pela terra. O governo Bolsonaro tem defendido o armamento da população e, principalmente, dos latifundiários. A violência contra a luta pela terra no Brasil tem ceifado dezenas de vidas todos os anos. O primeiro ano de governo que declaradamente defende a violência contra as ocupações teve um forte impacto na luta pela terra” (FERNANDES et al., 2020, p. 340).

Segundo estimativa feita pelos próprios assentados, foram produzidas em 2015 cerca de 4 toneladas de alimentos por semana, destinadas à alimentação escolar. Além disso, já iniciaram a comercialização de alimentos (cestas) produzidos sem uso de agrotóxicos nos sistemas agroflorestais. A cesta conta com aproximadamente 8 itens, e uma média de 10 kg, com produtos variados entre hortaliças, legumes, frutas e temperos. Na produção animal, destaca-se principalmente a produção de ovos e galinha caipira (MACHADO 2016, p.20).

Especificamente no que compete a consolidação da Cooperativa Comuna da Terra, segundo o Entrevistado nº 5 da pesquisa, o processo teve início no final de 2011 para 2012, estimulado pela visita realizada para conhecer a experiência do Coopefloresta.

A gente começou a executar a ideia de as pessoas fazerem primeiros sistemas, mas aí a gente viu que só ia fazer o sistema sem ter uma possibilidade de comercialização também não fazer efeito. Então a gente começou tudo junto a fazer um sistema agroflorestal e já organizar a comercialização. E a partir disso, a gente foi ficando num grupo informal até quando deu, né. Mas quando começou a gerar lucro a gente sentiu a necessidade de criar a figura jurídica. No começo, era um grupo informal não tinha nada disso (Respondente 5, 2020).

O participante ainda ressaltou a importância da assistência técnica dada pelo Incra. Na ocasião “tinha um técnico lá que é filho de uma assentada, que ele também estava estudando direito, o Luciano, ele que fez toda essa parte burocrática para a gente” (Respondente 5, 2020).

Segundo a lembrança do Respondente Nº 6:

a gente trabalha no processo coletivo há muito tempo, mas quando a gente conheceu a agrofloresta, a gente tá num grupo de agricultores que começou a fazer esse tipo de agricultura, e esse projeto, ele veio para ajudar a estruturar isso, então quando a gente criou a cooperativa esse grupo já reunia, já comercializava pelo menos uns quatro anos, é o que eu acho que toda cooperativa deveria ser formada dessa forma e não é o que acontece na realidade, alguém pensa que para organizar um grupo de produtores tem que ser uma cooperativa, então a cooperativa vem para organizar aquele grupo. Na verdade, eu acho que o grupo organizado que cria aquela cooperativa, porque daí dá certo porque aquele grupo trabalha, já sabe, já conhece todo mundo, sabe as diferenças, então fica um grupo sólido, a cooperativa é um CNPJ que formaliza necessidade, mas ela não precisa daquilo para organizar aquele povo, sem o CNPJ você continuaria, então é só um jeito de ter uma personalidade jurídica de um grupo que já tá trabalhando junto, então por isso que eu acho que é muito importante esse processo de formação (Respondente 6, 2020).

## Considerações Finais

A busca por onde aterrar é algo complexo e só atingível após a compreensão das dependências e interesses que perpassam a relação ser humano-natureza. Em contrapartida, o que se observa é a manutenção massiva de perspectivas hierarquizadas e autoritárias, que distanciam os países centrais dos periféricos.

Diante deste cenário, para uma alteração significativa é necessário compreender o contexto vivido enquanto movimento, inserido na dinâmica neoliberal e envolto em relações de poder que direcionam as políticas de desenvolvimento.

Uma das perspectivas possíveis de intervenção seria relatar os processos plurais que servem de resistência à massificação econômica, social e cultural, que aqui se expressam por meio da realidade vivida pelos agricultores cooperados da Comuna da Terra, locus da pesquisa, que teve seu direcionamento centrado na agência dos atores, entendendo-os como participes do espaço político e como agentes que fortalecem o reposicionamento do ator rural nas relações sociais, por meio da contra-estrutura, ambiente que possibilita uma renovação de recursos e espaços de valorização do ator do campo, seja ele humano ou não-humano.

Sendo a ANT um caminho alternativo utilizado para descrever a realidade rural estudada, que por si só já é uma “rede social de resistência”, articulada às reivindicações pela proteção ambiental e por uma estrutura digna para o campo e seus atores. Dentre os pontos cruciais dessa realidade encontra-se a força do MST, da consolidação em prol da produção de alimentos saudáveis, dos programas de desenvolvimento sustentável (por meio do PDS), e de mercados alternativos ao produtivista (a exemplo das feiras e cestas). Contexto desafiador, mas de grande importância social ao integrar as redes de conexão para contribuir com o desenvolvimento rural.

## Referências

ALQUÉZAR, R., et al. Prácticas cooperativas: ¿estrategias de supervivencia, movimientos alternativos o reincrustación capitalista?, ARS & HUMANITAS, número especial sobre Reciprocidade e Solidariedade, VIII-1, p. 151-166, 2014.

ALVES, A. F. Do Desenho a Implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável: interfaces e negociações no projeto vida na roça (Paraná). 2008. 234, p. Tese. UFSC. Florianópolis. 2008.

ANGROSINO, M. V. Etnografia e observação participante. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BONANNO, A., L. et al. From Columbus to ConAgra: The globalization of Agriculture and Food. Lawrence: University Press of Kansas. 1994.

CALLON, M. Tecno-economic networks and irreversibility. In: LAW, J. (ed) A Sociology of Monsters: Essays on Power, Technology and Domination. London: Routledge, 1991.

CAMARGO, R. A. L. de et al. O PAA e PNAE em assentamentos PDS no norte paulista. Retratos de Assentamentos, v. 19, n. 149-173, 2016.

CORREA NETO, N. E. et. al. Sistemas Agroflorestais em assentamentos da Reforma Agrária. Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do turvo e Adrianópolis – Cooperafloresta. Publicação Petrobrás Sócio-ambiental, 2016.

FERNANDES, B. M. et al. A questão agrária no governo Bolsonaro: Pós-fascismo e resistência. *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê Temático “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”*, n. 42, v. 4, p. 333-362, dez, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/viewFile/7787/5874> , Acesso em: 13 de maio de 2021.

FILHO, D. B.; FERRANTE, V. L. S. B. A luta pela terra na região de Ribeirão Preto: o processo de formação e organização do Assentamento Mário Lago. *Retratos de Assentamento*, n. 12, p. 305-330, 2009.

GOLDFARB, Y. Do campo à cidade, da cidade ao campo: o projeto Comunas da Terra e a questão dos sujeitos da reforma agrária. *Agrária*, v. 5, p. 109-138, 2006.

GOMES, M. A. F. Panorama da contaminação ambiental por agrotóxicos e nitrato de origem agrícola no Brasil: cenário 1992/2011 /Marco Antonio Ferreira Gomes; Robson Rolland Monticelli Barizon.— Jaguariúna, SP: Embrapa Meio Ambiente, 2014.

GONZALES, K. ; BAUM, Carlos . Desdobrando a Teoria Ator-Rede: Reagregando o Social no trabalho de Bruno Latour. *Revista Polis e Psique*, v. 3, p. 142-157, 2013.

HONORATO, B. E. F.; SILVA, E. R. da. Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno. *Cadernos Ebape.Br*, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 391-394, jun. 2021.

IBGE. Cidades, Panorama de Ribeirão Preto, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ribeirao-preto/panorama> Acesso em: 12 de abril de 2021.

KRONKA, F. J. K. (Org.) Inventário florestal da vegetação natural do Estado de São Paulo. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente. 2005.

LAW, John. *Organizing modernity*. Oxford (UK) and Cambridge (USA): Blackwell, 1994.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 1994.

LATOUR, B. *Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-rede*. São Paulo: Edusc, 2012.

LATOUR, B. *Onde aterrar?*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LONG, N. *Sociología del desarollo: una perspectiva centrada en el actor*. San Luis de Potosí / México: El Colegio de San Luís / CIESAS, 2007.

LONG, N.; PLOEG, J.D. van der. *Reflections on Agency, Ordering the Future and Planning*. In: GEORG, E.; FRERKS; JAN H. B. DEN OUDEN (Eds.). *In search of the middle ground: issues on the sociology of the planned development*. Wageningen, Netherlands, 1995, p.64-78.

MACHADO, A. M. B. *Camponeses da reforma agrária e a floresta : o caso do assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto, SP* [recurso eletrônico] / Antonio Maciel Botelho Machado, Natália Almeida Bizzo. Dados eletrônicos. – Brasília, DF : Embrapa, 2016.

MCMICHAEL, P. *The global restructuring of agro-food systems*. Ithaca: Cornell University Press. 1994.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 7.ed., São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2016.

MIOR, Luiz Carlos. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó, SC: ARGOS, 2005.

MIOR, L. C. *Desenvolvimento rural: a contribuição da abordagem das redes sociais e sócio-técnicas*. In: SCHNEIDER, S. *A Diversidade da Agricultura Familiar*. Porto Alegre, RS: UFRGS, p. 268-293. 2006.

MST. 4º Congresso Nacional do MST. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, p.24. 2000.

MURDOCH, J. *Networks – a new paradigm of rural development?* *Journal of Rural Studies*. n. 16, p. 407-419. 2000.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2011.

NUNES, P. J. *Estratégias de comercialização adotadas por famílias que praticam agroflorestal: um estudo de caso no Assentamento Mario Lago/SP*. Dissertação de Mestrado. UFSCAR Araras. 2017.

PLOEG, J. D. V. D.; MARSDEN, T. *Unfolding webs: the dynamics of regional rural development*. Assen-The Netherlands: Van Gorcum, 2008.

SCHMITT, C. J. *Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional*. *Sociologias*, [S. I.], v. 13, n. 27, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/22438> . Acesso em: 7 jun. 2021.

SCHWATZMAN, S. "Os dinossauros de Roraima (ou a sociologia da ciência e da técnica de Bruno Latour)". *Novos Estudos*, v.39, p. 172-179, 1994.

WILKINSON, J. A teoria do Ator-Rede e economia política: do atrito à convergência via redes sociais, convenções, cadeias de valor global e redes de produção global. In: PORTO, Maria Stela Grossi; DWYER, Tom. Sociologia e realidade: pesquisa social no século XXI. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 319-345. 2006.

ZONETTI, V. M. O desenvolvimento do projeto Agroflorestar no Assentamento Mário Lago: dos processos de aprendizagem à transformação da atividade/ Vitor Moretti Zonetti; orientador, Cristiano Luis Lenzi- Dissertação de Mestrado- 2019.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review - Análise do Texto Anônimo*)

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

[www.ufvjm.edu.br/vozes](http://www.ufvjm.edu.br/vozes)

QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524

ISSN: 2238-6424